



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

123  
m  
194

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0190708-0

AGRAVANTE: JOSÉ WELLINGTON ARRUDA E SILVA

AGRAVADA: CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

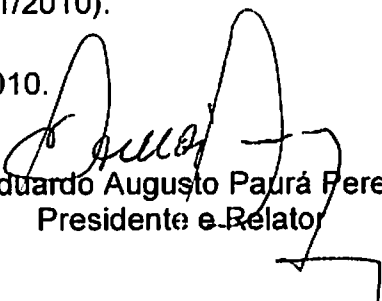
EMENTA: PROCESSUAL CIVIL -- MEDIDA CAUTELAR -- EXCLUSÃO -- NOME -- ÓRGÃOS DE RESTRIÇÕES CADASTRAIS -- PRETENSÃO LIMINAR INDEFERIDA. REFORMA DO "DECISUM". CIRCUNSTÂNCIA EM QUE A ANOTAÇÃO SE MOSTRA ABUSIVA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA -- RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

960029  
3504

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento nº 0190708-0, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em dar provimento ao presente recurso, tornando definitiva a antecipação de tutela recursal, pela qual foi determinada a exclusão do nome do agravado da lista de inadimplentes com relação ao contrato objeto da demanda, nos termos do voto do Des. Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante deste julgado (sessão realizada no dia 26/01/2010).

Recife, 28 de janeiro de 2010.

  
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres  
Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

117  
JH  
195

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0190708-0

AGRAVANTE: JOSÉ WELLINGTON ARRUDA E SILVA

AGRAVADA: CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

**RELATÓRIO**

Conforme já relatado anteriormente, cuida-se de agravo de instrumento interposto em face da decisão interlocutória proferida nos autos da MEDIDA CAUTELAR - processo nº 226.2009.003450-5 -, pela qual a MM. Juíza de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Olinda, indeferiu o provimento cautelar formulado no sentido de excluir o nome do autor dos órgãos de restrições cadastrais.

Em suas razões, fls. 02/18, inicialmente, o suplicante/agravante, com base na Lei nº 1060/50, requereu a gratuidade da justiça. Em seguida, sustentou que a manutenção do seu nome na lista de inadimplentes é indevida, sob o argumento, em síntese, de que os valores incontroversos estão sendo depositados em juízo e parte controversa está sendo objeto de apreciação judicial.

Expôs a aparência do bom direito e o perigo da demora e pugnou pela concessão de liminar para que fosse atribuído efeito ativo ao presente recurso no sentido de que seu nome fosse da lista de inadimplentes com relação ao contrato de financiamento objeto da ação revisional – processo nº 226.2009.00444-4 –, a qual se encontra apensada à cautelar supramencionada. Ao final, requer o provimento do agravo em comento.

Entendendo presentes os requisitos autorizadores, a liminar foi concedida.

Devidamente intimada a parte ré/agravada não apresentou contra-razões, consoante certidão de fl. 114.

118  
CH  
196

É o relatório.

Considerando tratar-se de agravo de instrumento a não ensejar revisão, inclua-se o feito em pauta.

Recife,

16 de janeiro de 2010.

Des. Eduardo Augusto Paula Peres  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

124 / 197  
m

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0190708-0

AGRAVANTE: JOSÉ WELLINGTON ARRUDA E SILVA

AGRAVADA: CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

**VOTO**

Senhores (as) Desembargadores (as),

Senhor (a) Procurador (a)

A argumentação do agravante merece ser acolhida, devendo ser modificada a decisão de primeira instância, utilizando-me, neste momento, dos fundamentos que me levaram a deferir a pretensão formulada pelo recorrente, os quais passo a transcrever:

"Em juízo de admissibilidade verifico que o presente agravo é tempestivo apresentando-se devidamente instruído, passando, deste modo a processá-lo nos termos da lei.

Conforme relatado anteriormente, pretende o agravante assegurar, por meio do recurso em tela, a exclusão de seu nome da lista de inadimplentes relativos ao negócio jurídico objeto do litígio.

É sabido que o deferimento da tutela antecipada – também chamada de efeito suspensivo ativo - no recurso de agravo de instrumento é medida excepcionalíssima, exigindo a demonstração inequívoca da existência de um direito instantâneo em perigo, cuja tutela, se não concedida, de logo, levará a dano de difícil ou inútil reparação (art. 527, III, 2ª parte, do CPC).

No caso em apreço, vislumbro a presença dos requisitos autorizadores ao provimento antecipatório.

De fato, o recorrente teve seu nome inscrito no cadastro de inadimplentes em 03/01/2009, (fl. 40), referente ao contrato de leasing para aquisição de um veículo descrito na peça inicial. Verifica-se, entretanto, que o agravante ingressou com ação ordinária – processo nº 226.2009.00444-4 - objetivando discutir o valor das prestações. Observa-se, ainda que o mesmo depositou em juízo o valor incontroverso, (fls. 90/92).

Neste contexto, entendo descabida a manutenção do seu nome da lista de inadimplentes com relação ao negócio jurídico supramencionado, enquanto se aguarda uma solução acerca do direito posto sob apreciação judicial, a fim de que o mesmo não fique visto como desidioso e inadimplente na praça, porquanto tal ato poderá causar dano irreparável ou de difícil reparação às suas atividades comerciais dificultando ou impossibilitando o crédito e negociações das mais diversas.

Com tais considerações, tenho por bem em deferir a pretensão autoral e, em conseqüência, determinar a exclusão do nome do recorrente da lista de inadimplentes referente contrato de financiamento objeto da ação revisional anteriormente referida.

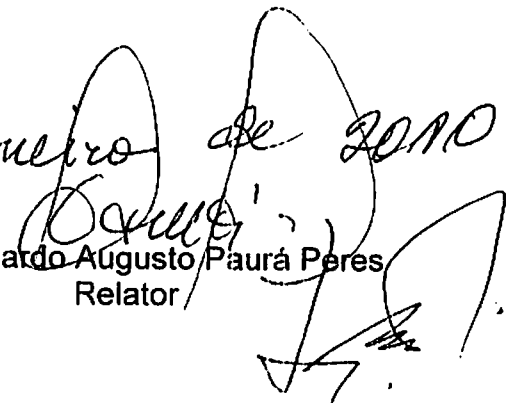
(...)"

O agravante preencheu, portanto, como lhe competia, as condições para a concessão da pretensão autoral, pois consoante vem decidindo a jurisprudência dos tribunais superiores para impedir a negativação do nome do devedor faz-se necessário a presença dos seguintes elementos: a) que haja ação proposta pelo devedor contestando a existência integral ou parcial do débito; b) que haja efetiva demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça; c) que, sendo a contestação apenas de

126  
m  
199  
parte do débito, deposite o valor referente à parte tida por incontroversa, ou preste  
caução idônea, ao prudente arbítrio do magistrado". (Resp nº 527618/RS).

Com tais considerações, voto no sentido de dar provimento ao  
presente recurso, tornando definitiva a decisão concessiva de liminar nesta  
instância.

É como voto.

Recife, 26 de janeiro de 2010.  
  
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres  
Relator